

**Fundamentos e princípios
do marxismo-leninismo-trotskismo**

O socialismo e a guerra

Coletânea de Textos

Lênin



POR
PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

Índice

Apresentação	3
Concepção leninista sobre a guerra	7
O Socialismo e a Guerra	12
Atitude dos socialistas diante das guerras	12
Tipos históricos de guerras da idade moderna.....	13
Diferença entre guerra ofensiva e guerra defensiva....	14
A guerra atual é uma guerra imperialista.....	14
A guerra entre os principais escravagistas, pela manutenção e fortalecimento da escravidão.....	15
“A Guerra é a continuação da política por outros meios (precisamente, pela violência)”	17
O exemplo da Bélgica.....	18
Por que a Rússia está em guerra?	19
O que é o social-chauvinismo?.....	20
O Manifesto da Basileia	20
Falsas referências a Marx e Engels	21
A bancarrota da II Internacional	23

O social-chauvinismo é o oportunismo em sua expressão mais acabada	23
A Unidade com os oportunistas significa a aliança dos operários com a “sua” burguesia nacional e a divisão da classe operária revolucionária internacional	24
O “Kautskismo”	25
Exemplo da confraternização nas trincheiras	27
Importância da organização clandestina	28
A derrota do “próprio” governo na guerra imperialista	29
Sobre o pacifismo e a consigna da paz	30
Sobre o direito das nações à autodeterminação	30

O Programa Militar da Revolução Proletária 32

Apresentação

Passaram-se dois meses e a guerra na Ucrânia não cede passagem a um acordo de paz. Os Estados Unidos se empenham em prolongá-la o máximo possível. O Partido Operário Revolucionário (POR) dedica-se, com toda energia, a aplicar a linha internacionalista do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI), que se desenvolve e se sustenta sobre a base das bandeiras: fim imediato da guerra, desmantelamento da OTAN e das bases militares dos Estados Unidos, revogação das sanções econômico-financeiras contra a Rússia; autodeterminação, integridade territorial e retirada das tropas russas da Ucrânia.

Este folheto reúne formulações de Lênin sobre a guerra. Dá sequência à publicação do folheto sobre o princípio programático da autodeterminação da nação oprimida.

A guerra na Ucrânia exigiu retomar as discussões, elaborações e respostas, que constam das posições do bolchevismo da época da Revolução Russa de 1917. São inúmeros os escritos de Lênin sobre os fundamentos da autodeterminação. Abrangem vários momentos do período pré-revolucionário, revolucionário e constituição da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

No jornal Massas, publicamos uma seleção dos documentos mais importantes, que incluíram escritos de

Trotsky. Em particular, as suas formulações correspondem à aplicação do programa bolchevique, nas condições de luta contra o revisionismo estalinista e as práticas da burocracia que violavam a autodeterminação.

A guerra na Ucrânia exigiu uma retomada às formulações de Lênin sobre a autodeterminação, elaboradas em meio à situação pré-revolucionária e revolucionária. As de Trotsky foram escritas em combate ao revisionismo estalinista e à degeneração burocrática do Estado Operário e do sistema soviético, que emergiram da revolução socialista.

Enfatizamos o significado do folheto sobre a autodeterminação, devido à necessidade prática de levar adiante a campanha internacionalista do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI). A guerra pôs na ordem do dia a defesa do direito à autodeterminação da Ucrânia e de sua integralidade territorial, ao mesmo tempo em que o proletariado unido tem diante de si o objetivo de combater a ofensiva imperialista - dos Estados Unidos e aliados europeus -, contra a Rússia. Nesse mesmo sentido, os marxista-leninista-trotskistas se viram diante do imperativo de caracterizar a guerra da Ucrânia.

A Primeira Guerra Mundial colocou os bolcheviques em combate acirrado contra as deformações e falsificações históricas promovidas pela socialdemocracia e a II Internacional sobre as guerras. Lênin esmiuçou o caráter imperialista da Primeira Guerra - correspondente à fase de desintegração do capitalismo e de transição ao socialismo - e estabeleceu a política revolucionária do proletariado. Somente assim, pôde orientar a vanguarda bolchevique a transformar a guerra imperialista em guerra civil pelo poder proletário. O que foi possível realizar na Rússia convulsionada, porque o proletariado tinha sua direção marxista. E pôde demonstrar, na prática, a distinção entre guerra de dominação e guerra de libertação.

A Ucrânia e demais nacionalidades oprimidas pelo império czarista conquistaram a independência no enfrentamento ao imperialismo e à dominação interna dos la-

tifundiários e capitalistas. E, fazendo parte da revolução proletária, puderam constituir livremente, em 1922, a URSS. Passados cem anos, a Ucrânia se encontra no centro da maior crise após a Segunda Guerra Mundial.

A particularidade da presente guerra evidencia a ausência de independência (da autodeterminação) da Ucrânia, que serve de meio e instrumento ao cerco militar da OTAN, portanto, imperialista, à Rússia. E, ao mesmo tempo, como meio e instrumento da Rússia, para manter o seu domínio regional, no marco da opressão às ex-repúblicas soviéticas. A velha opressão nacional da época do Império russo voltou sob novas formas. A destruição da URSS e o avançado estágio de restauração capitalista na Rússia estão na base dessas contradições. A guerra que se desenvolve na Ucrânia, portanto, corresponde a uma guerra de dominação.

A ocupação da nação oprimida pelas Forças Armadas da Rússia, para se defender do imperialismo, não expressa uma guerra de independência nacional. É o que se pode depreender dos fundamentos leninistas da autodeterminação e da guerra.

Com este folheto, estabelecemos o marco no qual Partido Operário Revolucionário se move na aplicação da linha internacionalista do CERQUI. Somente o proletariado unido, com seu programa, seus métodos e organizações próprias, poderá enfrentar o expansionismo militarista da OTAN, reconquistar a independência da Ucrânia, retomar as conquistas revolucionárias na Rússia, reerguer a URSS, desenvolver o objetivo histórico da constituição dos Estados Unidos Socialistas da Europa e impulsionar em todas as latitudes o programa da revolução mundial. Este folheto é parte da luta pela reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

1º de Maio de 2022

Pelo Comitê Central do POR, Atílio de Castro

Concepção leninista sobre a guerra

Reproduzimos alguns extratos de Lênin e textos integrais sobre a guerra na época imperialista. O objetivo é o de assimilar e aplicar corretamente a concepção marxista sobre as guerras.

A guerra na Ucrânia não foge às leis gerais do capitalismo, pródigo em guerras. As particularidades, porém, são necessárias, para compreender o lugar da Rússia, no marco do capitalismo em decomposição, depois do desmoroamento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

O Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) publicou uma série de Declarações e um Manifesto, bem como uma Resolução, voltada a expor a guerra na Ucrânia, de acordo com as leis da história. Tem realizado uma campanha política, ideológica e prática, embasada nas bandeiras: Desmantelamento da OTAN e das bases militares dos Estados Unidos; Revogação das sanções econômicas e financeiras contra a Rússia; Autodeterminação e unidade territorial e retirada das tropas russas da Ucrânia. Essas bandeiras estão interligadas de maneira que o POR as divulga e as defende integralmente.

As posições programáticas do marxismo sobre a autodeterminação das nações oprimidas se têm mostrado apli-

cáveis e necessárias, para definir a diretriz do proletariado diante da guerra na Ucrânia. As formulações de Lênin sobre a guerra, não temos dúvida de que também estabelecem o norte programático, que corresponde à doutrina da luta de classes e da estratégia revolucionária do combate pelo fim do capitalismo e pela edificação do socialismo.

Em setembro de 1914, Lênin escreveu o Manifesto “A guerra e a socialdemocracia da Rússia”. É considerada a primeira formulação oficial do Comitê Central do Partido Operário Social Democrata Russo (POSDR). O Manifesto foi enviado à direção da II Internacional, que acabou capitulando, diante da política de guerra do imperialismo. Eis algumas de suas passagens.

“A guerra europeia, preparada durante décadas pelos governos e pelos partidos burgueses de todos os países, foi desencadeada. O aumento dos armamentos, a extrema agudização da luta pelos mercados na época da novíssima fase, a fase imperialista, do desenvolvimento do capitalismo nos países avançados, e os interesses dinásticos das monarquias mais atrasadas, as da Europa Oriental, deviam conduzir inevitavelmente, e conduziram, a esta guerra. Anexar terras e subjugar nações estrangeiras, arruinar a nação concorrente, saquear as suas riquezas, desviar a atenção das massas trabalhadoras das crises políticas internas da Rússia, Alemanha, Inglaterra e de outros países, desunir e confundir os operários com a propaganda nacionalista, e exterminar sua vanguarda com o objetivo de debilitar o movimento revolucionário do proletariado, tal é o único real conteúdo, significado e sentido da atual guerra.

Mas, quanto maior o zelo com que os governos e a burguesia de todos os países procuram dividir os operários e jogá-los uns contra os outros; quanto maior é a ferocidade com que se aplica este objetivo, o sistema do estado de guerra e da censura militar (...), mais imperioso é o dever do proletariado consciente de salvaguardar sua coesão de classe, seu internacionalismo, suas convicções socialistas,

diante do chauvinismo desenfreado da “patriótica” camari-lha burguesa de todos os países. (...)

A transformação da atual guerra imperialista em guerra civil é a única palavra de ordem proletária justa, indicada pela experiência da Comuna de Paris, apontada pela resolução de Basileia (1912), e decorrente de todas as condições da guerra imperialista entre os países burgueses altamente desenvolvidos. (...)”

Entre 27 de fevereiro e 4 de março de 1915, realizou-se uma “Conferência das seções do POSDR” no estrangeiro, em Berna. O ponto dois do temário foi dedicado à “A Guerra e as tarefas do partido”. Essa Conferência aprovou uma resolução, que serviu de base para uma campanha revolucionária contra a guerra imperialista, e em defesa da guerra civil de libertação de classe. É de enorme importância a precisão sobre o “caráter da guerra”. Eis:

“A guerra atual é de caráter imperialista. Essa guerra foi provocada pelas condições de uma época em que o capitalismo alcançou a fase superior de desenvolvimento; na qual a importância mais essencial não reside somente na exportação de mercadorias mas também na exportação de capital; no fato da cartelização da produção e internacionalização da vida econômica alcançarem proporções consideráveis; na qual a política colonial conduziu à partilha de quase todo o globo terrestre; uma época na qual as forças produtivas do capitalismo mundial rebaixaram o marco limitado das divisões em Estados nacionais; na época em que amadureceram completamente as condições objetivas para realizar o socialismo”.(...)

Responde à bandeira burguesa de “defesa da pátria”: “As frases em torno à defesa da pátria e da resistência à invasão inimiga, da guerra defensiva, etc. são, de ambas as partes, um completo engano do povo”. (...) “As guerras verdadeiramente nacionais ocorridas, sobretudo, na época de 1789-1871, se baseiam em um longo processo de movimentos nacionais de massas, da luta contra o absolutismo

e o feudalismo, de derrocada da opressão nacional e a criação de Estados sobre uma base nacional, como premissa do desenvolvimento capitalista”. (...)

Entre julho e agosto de 1915, Lênin redigiu o folheto “O Socialismo e a guerra”. Reafirma os fundamentos do Manifesto e da resolução da Conferência de Berna. Destacamos dois aspectos:

1) *“Essa famosa expressão pertence a um dos escritores militares mais profundos, Clausewitz. Os marxistas sempre consideraram, e com toda razão, esta fórmula como a base teórica de seus pontos de vista, acerca do significado de toda guerra. Justamente, Marx e Engels examinaram sempre as diferentes guerras, partindo deste ponto de vista”. (...)* *“Basta considerar a presente guerra como uma continuidade da política das ‘grandes’ potências e de suas classes fundamentais, para compreender a que ponto extremamente hipócrita, farisaica e anti-histórico chegou a opinião de que pode justificar-se a ideia de ‘defesa da pátria’ nesta guerra”. (...)*

2) Direito das nações à autodeterminação.

“(…)

“Os socialistas não podem alcançar o seu grande objetivo, sem lutar contra toda a opressão das nações. Por isso, devem exigir obrigatoriamente que os partidos social-democratas dos países opressores (particularmente os das chamadas ‘grandes’ potências) reconheçam e defendam o direito das nações oprimidas à autodeterminação, e precisamente no sentido político da palavra, isto é, o direito à separação política. Um socialista de uma grande potência ou de uma nação detentora de colônias que não defenda esse direito é um chauvinista.

A defesa desse direito, longe de estimular a criação de pequenos Estados, leva, pelo contrário, à formação mais

livre, mais ousada e, portanto, mais ampla e extensa de grandes Estados e de federações de Estados, mais vantajosas para as massas e em consonância com o desenvolvimento econômico.

Os socialistas das nações oprimidas, por sua vez, devem lutar, incondicionalmente, pela plena unidade (incluindo a unidade orgânica) dos operários das nacionalidades oprimidas e das nações opressoras. A ideia da separação jurídica de uma nação de outra (a chamada 'autonomia nacional cultural', preconizada por Bauer e Renner) é uma concepção reacionária.

O imperialismo é a época de crescente opressão das nações de todo o mundo por um punhado de 'grandes' potências, em virtude do qual a luta pela revolução socialista internacional contra o imperialismo é impossível, se não se reconhece o direito das nações à autodeterminação. 'Um povo que oprime outros povos não pode ser livre' (Marx e Engels). Um proletariado que aceite a menor violência de 'sua' nação sobre outras nações não pode ser socialista".

O Socialismo e a Guerra

Lênin, julho-agosto de 1915

Capítulo I - Os Princípios do Socialismo e a Guerra de 1914-1915

Atitude dos socialistas diante das guerras

Os socialistas sempre condenaram as guerras entre os povos, por serem bárbaras e brutais. Mas a nossa atitude diante da guerra é, por princípio, diferente da dos pacifistas burgueses (partidários e pregadores da paz) e dos anarquistas. Divergimos dos primeiros pelo fato de compreender a ligação inevitável das guerras com a luta de classes no interior de cada país, de compreender a impossibilidade de suprimir as guerras sem a supressão das classes e sem instaurar o socialismo. Divergimos, também, pelo fato de reconhecer inteiramente o caráter legítimo, progressista e necessário das guerras civis, isto é, das guerras da classe oprimida contra a classe opressora – as guerras dos escravos contra os escravagistas, dos camponeses servos contra os senhores feudais, dos operários assalariados contra a burguesia. Os marxistas distinguem-se tanto dos pacifistas como dos anarquistas pelo fato de reconhecer a necessidade de estudar historicamente (do ponto de vista do

materialismo dialético de Marx) cada guerra em particular. No curso da história, ocorreram muitas guerras que, apesar de todos os horrores, atrocidades, calamidades e sofrimentos, consequências inevitáveis toda a guerra, foram progressivas, isto é, foram úteis ao desenvolvimento da humanidade, ajudando a destruir instituições particularmente nocivas e reacionárias (como a autocracia ou a servidão), e formas de despotismos mais bárbaros da Europa (como as turca e russa). Por isso, é necessário analisar as particularidades históricas da guerra atual.

Tipos históricos de guerras da idade moderna

A grande revolução francesa abriu uma nova época na história da humanidade. Desde então, e até a Comuna de Paris, de 1789 a 1871, um dos tipos de guerra foi as guerras de caráter progressivo burguês, as guerras de libertação nacional. Em outras palavras, o conteúdo principal e o significado histórico dessas guerras consistiam em derrubar o absolutismo e o feudalismo, sua quebra e emancipação do jugo estrangeiro. Eram, por isso, guerras progressivas, e todos os democratas honestos e revolucionários, bem como os socialistas, em semelhantes guerras, sempre desejaram o êxito do país (isto é, da burguesia), que contribuía para derrubar ou minar os mais perigosos pilares do feudalismo, do absolutismo, e da opressão a outros povos. Assim, nas guerras revolucionárias da França, houve o elemento de pilhagem e de conquista de terras alheias pelos franceses, mas isso em nada altera o significado histórico fundamental dessas guerras, que destruíam e abalavam o feudalismo e o absolutismo da velha Europa, da Europa feudal. Na guerra franco-prussiana, a Alemanha pilhou a França, mas isso não modifica o significado histórico fundamental dessa guerra, que libertou milhões de alemães do fracionamento feudal e da opressão de dois déspotas, o czar russo e Napoleão III.

Diferença entre guerra ofensiva e guerra defensiva

A época de 1789 a 1871 deixou marcas profundas e recordações revolucionárias. Antes do derrubada do feudalismo, do absolutismo e do jugo estrangeiro, nem sequer se podia falar de desenvolvimento da luta proletária pelo socialismo. Falando da legitimidade da guerra “defensiva”, a propósito das guerras dessa época, os socialistas sempre tiveram em vista precisamente esses objetivos, que se reduzem à revolução contra o regime medieval e a servidão. Os socialistas sempre entenderam por guerra “defensiva” uma guerra “justa” (expressão de Guilherme Liebknecht). Somente neste sentido, os socialistas reconheciam e reconhecem hoje o caráter legítimo progressivo e justo da “defesa da pátria” ou da guerra “defensiva”. Se, por exemplo, amanhã o Marrocos declarasse guerra à França, a Índia à Inglaterra, Pérsia ou a China à Rússia etc., essas seriam guerras “justas”, “defensivas”, independentemente de quem primeiro atacasse, e qualquer socialista desejaria a vitória dos Estados oprimidos, dependentes, sem plenos direitos, contra as “grandes” potências opressoras, escravizadoras, espoliadoras. Suponhamos que um escravagista que possuísse 100 escravos, e lutasse contra outro que possuísse 200 escravos, por uma partilha mais “equitativa” dos escravos, nesse caso, falar de guerra “defensiva” ou de “defesa da pátria” seria falsear a história e equivaleria, praticamente, a uma simples farsa dos hábeis escravagistas para enganar o povo, os pequenos burgueses e as pessoas incultas. Precisamente assim, valendo-se da ideologia “nacional” e da ideia da defesa da pátria, é como a burguesia imperialista contemporânea ludibria os povos na presente guerra entre os escravagistas, por consolidar e reforçar a escravidão.

A guerra atual é uma guerra imperialista

Quase todos reconhecem que a atual guerra é uma guerra imperialista, porém, na maior parte dos casos, de-

turpam este conceito ou aplicam-no unilateralmente, ou insinuam em todo o caso a possibilidade de que esta guerra tenha um caráter burguês progressivo e de libertação nacional. O imperialismo é o grau superior de desenvolvimento do capitalismo, atingido apenas no século XX. O capitalismo passou a sentir-se apertado nos limites dos velhos Estados nacionais, sem cuja formação não teria podido derrubar o feudalismo. O capitalismo desenvolveu de tal modo a concentração, que ramos inteiros da indústria foram açambarcados pelos consórcios, trustes e associações de capitalistas milionários, e quase todo o globo terrestre está dividido entre esses “senhores do capital”, sob a forma de colônias, ou enredando países estrangeiros com os milhares de fios da exploração financeira. O comércio livre e a concorrência foram substituídos pela tendência ao monopólio, para a conquista de terras para o investimento do capital, para a extração de matérias-primas, etc. De libertador de nações que o capitalismo foi na luta contra o feudalismo, o capitalismo imperialista tornou-se o maior opressor das nações. De progressivo, o capitalismo tornou-se reacionário, desenvolveu atualmente as forças produtivas, a tal ponto que a humanidade terá, ou de passar ao socialismo, ou de sofrer durante anos, ou mesmo décadas, a luta armada das “grandes” potências pela manutenção artificial do capitalismo por meio das colônias, dos monopólios, dos privilégios e da opressão nacional de todo o tipo.

A guerra entre os principais escravagistas, pela manutenção e fortalecimento da escravidão

A fim de tornar claro o significado do imperialismo, apresentaremos dados precisos sobre a partilha do mundo pelas chamadas “grandes” potências (isto é, as que têm êxito na grande pilhagem).

Os dados demonstram como os povos, no período de 1789-1871, lutaram, na maioria dos casos, à frente dos demais, pela liberdade, se tornaram agora, depois de

1876, graças ao elevado desenvolvimento e à “maturidade” do capitalismo, em opressores e escravizadores da maioria das populações e nações do globo. De 1876 a 1914, seis “grandes” potências apoderaram-se de 25 milhões de quilômetros quadrados, ou seja, uma superfície 2,5 vezes maior que toda a Europa! Seis potências escravizam mais de quinhentos milhões (523 milhões) de habitantes das colônias. Para cada 4 habitantes das “grandes” potências, há 5 habitantes nas “suas” colônias. E ninguém ignora que as colônias foram conquistadas a ferro e fogo, que nas colônias tratam cruelmente a população, que as exploram de mil maneiras (através da exportação de capitais, das concessões etc.; enganando-as na venda de produtos, submetendo-as às autoridades da nação “dominante” etc. e assim por diante). A burguesia anglo-francesa ludibria o povo, ao dizer que faz a guerra pela liberdade dos povos e da Bélgica: na realidade, faz a guerra para conservar as colônias que rouba descaradamente. Os imperialistas alemães libertariam imediatamente a Bélgica etc., se os ingleses e franceses partilhassem “amigavelmente” com eles as suas colônias. A singularidade da situação consiste em que, nesta guerra, o destino das colônias se decide pela guerra no continente. Do ponto de vista da justiça burguesa e da liberdade nacional (ou do direito das nações à existência), a Alemanha teria incontestavelmente razão contra a Inglaterra e a França, pois, ela foi “privada” de colônias, os seus inimigos oprimem incomparavelmente mais nações do que ela, e, na sua aliada, a Áustria, os escravos oprimidos gozam sem dúvida de maior liberdade do que na Rússia czarista, verdadeira “prisão dos povos”. Mas a própria Alemanha não faz a guerra pela libertação, mas pela subjugação das nações. Não cabe aos socialistas ajudar o bandoleiro mais jovem e forte (a Alemanha) a roubar os bandoleiros mais velhos e saciados. Os socialistas devem utilizar a luta entre os bandoleiros para os derrubar a todos. Para isso, os socialistas devem, antes de tudo, dizer a verdade aos povos, isto é, que esta guerra é, em um triplo

sentido, uma guerra de escravagistas pelo fortalecimento da escravidão. É uma guerra, em primeiro lugar, pela consolidação da escravidão das colônias, mediante uma partilha mais “equitativa” e uma exploração mais “harmônica”. Em segundo lugar, porque tem por objetivo reforçar a opressão de outras nações, no interior das próprias “grandes” potências, pois, tanto a Áustria como a Rússia (a Rússia muito mais e muito pior que a Áustria), só se mantêm por meio dessa opressão, intensificando-a com a guerra. Em terceiro lugar, essa guerra deverá fortalecer e prolongar a escravidão assalariada, pois, o proletariado está dividido e esmagado, enquanto que os capitalistas saem ganhando, lucrando com a guerra, fomentando os preconceitos nacionais, e intensificando a reação, que ergueu a cabeça em todos os países, mesmo nos mais livres e republicanos.

“A Guerra é a continuação da política por outros meios (precisamente, pela violência)”

Essa famosa expressão pertence a um dos escritores militares mais profundos, a Clausewitz. Os marxistas sempre consideraram, e com toda razão, esta fórmula como a base teórica de seus pontos de vista, acerca do significado de toda guerra. Justamente, Marx e Engels examinaram sempre as diferentes guerras, partindo deste ponto de vista.

Apliquemos essa concepção à presente guerra. Veremos que, durante decênios, durante quase meio século, os governos e as classes dominantes da Inglaterra, França, Alemanha, Itália, Áustria e Rússia praticaram uma política de pilhagem das colônias, de opressão de nações estrangeiras, de repressão ao movimento operário. A guerra atual, é precisamente a continuidade dessa política, e unicamente dessa política. Em particular, a política da Áustria e da Rússia consistiu, tanto no tempo de paz como no de guerra, em escravizar as nações, e não as libertar. Pelo contrário, na China, Pérsia, Índia e, em outros países dependentes, vemos, ao longo dos últimos decênios, uma política de despertar

de milhões pessoas para a vida nacional, para uma política de libertação do jugo das “grandes” potências reacionárias. A guerra, nesse terreno histórico, pode ser, ainda hoje, de caráter progressivo burguês, de libertação nacional.

Basta considerar a presente guerra como uma continuidade da política das “grandes” potências e das classes fundamentais, para compreender a que ponto extremamente hipócrita, farisaica e anti-histórica chegou à opinião de que pode justificar-se a ideia de “defesa da pátria” nesta guerra.

O exemplo da Bélgica

Os social-chauvinistas da Tríplice Entente – atualmente, Quádrupla – (na Rússia, Plekhanov e Cia.) gostam, acima de tudo, de invocar o exemplo da Bélgica. Mas, esse exemplo fala contra eles. Os imperialistas alemães violaram desavergonhadamente a neutralidade da Bélgica, como fizeram sempre e em toda a parte os Estados beligerantes, que pisoteavam, quando lhes convinha, todos os tratados e compromissos. Admitamos que todos os Estados, interessados na observância dos tratados internacionais, declarassem guerra à Alemanha, exigindo a libertação e uma indenização a este país. Neste caso, a simpatia dos socialistas estaria, claro, do lado dos inimigos da Alemanha. Contudo, a questão está precisamente em que não é pela Bélgica que a “Tríplice Entente (Quádrupla) não faz a guerra pela libertação da Bélgica. Isso é perfeitamente conhecido, e somente os hipócritas ocultam. A Inglaterra saqueia as colônias da Alemanha e da Turquia; Rússia, a Galícia e a Turquia; a França pretende apossar-se da Alsácia-Lorena e, inclusive, da margem esquerda do Reno; com a Itália, foi concluído um tratado sobre a partilha do saque (Albânia, a Ásia Menor); com a Bulgária e a Romênia, igualmente se negocia a repartição do saque. Na guerra, que os governos atuais sustentam, não se pode ir em auxílio da Bélgica, mas sim ajudando a estrangular a Áustria ou a Turquia etc.! O que tem a ver isso com a “defesa da

pátria”? É nisso precisamente que consiste a especificidade da guerra imperialista, da guerra entre governos burgueses reacionários, historicamente caducos, conduzida para a opressão de outras nações. Aqueles que justificam a participação nesta guerra perpetuam a opressão imperialista das nações. Aqueles que advogam a utilização das atuais dificuldades dos governos para lutar pela revolução socialista defendem a liberdade real de todas as nações, sem exceção, somente realizável no socialismo.

Por que a Rússia está em guerra?

Na Rússia, o imperialismo capitalista de tipo moderno se manifestou plenamente na política czarista em relação à Pérsia, Manchúria e Mongólia, mas, na Rússia, de modo geral, predomina o imperialismo militar e feudal. Em nenhuma parte do mundo, a maioria da população está tão oprimida como na Rússia: os grão-russos constituem apenas 43% da população, isto é, menos de metade, e o restante dos habitantes carecem de direitos, são considerados como alógenos. Dos 170 milhões de habitantes da Rússia, cerca de 100 milhões são oprimidos e privados de direitos. O czarismo faz a guerra para conquistar a Galícia, e estrangular definitivamente a liberdade dos ucranianos, para conquistar a Armênia, e Constantinopla, etc. O czarismo vê na guerra um meio para desviar a atenção do crescimento do descontentamento no interior do país, e esmagar o crescente movimento revolucionário. Hoje, para cada dois grão-russos, há na Rússia dois ou três “alógenos”, privados de direitos. Por meio da guerra, o czarismo procura aumentar o número de nações oprimidas pela Rússia, consolidar a sua opressão e fazer desse modo fracassar a luta pela liberdade dos próprios russos. A possibilidade de oprimir e de saquear outros povos reforça a estagnação econômica, pois, em vez do desenvolvimento das forças produtivas, a fonte de rendimentos é frequentemente constituída pela exploração semifeudal dos “alógenos”. Deste modo, por parte da Rússia, a guerra

distingue-se por um extremo reacionarismo, contrário a toda libertação.

O que é o social-chauvinismo?

O social-chauvinismo é o apoio da ideia de “defesa da pátria”, na presente guerra. Dessa ideia, decorrem, seguidamente, a renúncia à luta de classes durante a guerra, a votação dos créditos de guerra etc. De fato, os social-chauvinistas praticam uma política antiproletária, burguesa, pois, de fato, preconizam, não a “defesa da pátria”, no sentido da luta contra a opressão estrangeira, mas o “direito” de umas ou outras “grandes” potências, de saquear as colônias e oprimir outros povos. Os social-chauvinistas repetem as mentiras da burguesia para enganar o povo, afirmando que a guerra se faz em defesa da liberdade e da existência das nações, e assim passam para o campo da burguesia, e contra o proletariado. São tanto os social-chauvinistas que procuram justificar e embelezar os governos e a burguesia de um dos grupos de potências beligerantes, quanto aqueles que, a exemplo de Kautsky, admitem aos socialistas de todas as potências beligerantes o direito a “defender a pátria”. O social-chauvinismo, que é de fato a defesa dos privilégios, das vantagens, das pilhagens e das violências de “sua” burguesia imperialista (ou de qualquer burguesia em geral), constitui uma completa traição a todas as convicções socialistas e à resolução do Congresso Socialista Internacional de Basileia.

O Manifesto da Basileia

O Manifesto sobre a guerra, adotado por unanimidade em 1912, em Basileia, leva em conta, precisamente, a guerra entre a Inglaterra e a Alemanha, e seus atuais aliados, que eclodiu em 1914. O Manifesto declara expressamente que nenhum interesse popular pode justificar semelhante guerra, conduzida “pelo lucro dos capitalistas e pelas vantagens das dinastias”, baseando-se na política imperialista e espoliadora das grandes potências. O Manifesto declara

expressamente que a guerra é perigosa “para os governos” (todos sem exceção), indica o temor deles à “revolução proletária”, e assinala, com toda clareza, o exemplo da Comuna de 1871, e o de Outubro-Dezembro de 1905, isto é, o exemplo da revolução e da guerra civil. Desse modo, o Manifesto da Basileia estabelece precisamente para a presente guerra a tática da luta revolucionária dos operários contra os seus governos em escala internacional, a tática da revolução proletária. O Manifesto da Basileia repete as palavras da resolução de Stuttgart, dizendo que, em caso de eclosão da guerra, os socialistas deviam aproveitar a “crise econômica e política” por ela criada, para “acelerar a queda do capitalismo”, isto é, aproveitar para a revolução socialista as dificuldades que a guerra causa aos governos e o descontentamento das massas.

A política dos social-chauvinistas, a justificativa da guerra, do ponto de vista burguês da libertação, a aceitação da “defesa da pátria”, a votação a favor dos créditos, a entrada nos ministérios etc., etc., são uma traição direta ao socialismo, que não pode ser explicada, como veremos adiante, pela vitória do oportunismo e da política operária nacional-liberal, na maioria dos partidos europeus.

Falsas referências a Marx e Engels

Os social-chauvinistas russos (encabeçados por Plekhanov) se referem à tática de Marx na guerra de 1870; os social-chauvinistas alemães (como Lensch, David e Cia) remetem-se às declarações de Engels, em 1891, sobre a obrigatoriedade de os socialistas alemães defenderem a pátria em caso de guerra com a Rússia e a França juntas; finalmente, os social-chauvinistas do tipo de Kautsky, desejando reconciliar-se com o chauvinismo internacional e legitimá-lo, recorrem a Marx e Engels, que, ainda que reprovando as guerras, se pronunciaram continuamente, desde 1854-1855, até 1870-1871, e 1876-1877, uma vez desencadeada a guerra, em favor de um ou de outro Estado beligerante.

Todas essas referências constituem uma revoltante deturpação das concepções de Marx e Engels, para agradar à burguesia e aos oportunistas, tal como os escritos dos anarquistas Guillaume e Cia. deturpam as concepções de Marx e Engels, para justificar o anarquismo. A guerra de 1870-1871 foi historicamente progressiva por parte da Alemanha, até o momento em que Napoleão III foi derrotado, pois, este, juntamente com o czar, oprimiu a Alemanha durante longos anos, mantendo ali o fracionamento feudal. Mas, logo que a guerra se transformou em pilhagem da França (a anexação da Alsácia e da Lorena), Marx e Engels condenaram decididamente os alemães. De resto, logo no início dessa guerra, Marx e Engels aprovaram a recusa de Bebel e Liebknecht de votar a favor dos créditos e aconselharam a social-democracia a não se juntar à burguesia, mas defender os interesses independentes de classe do proletariado. Estender esta apreciação, que se referia a uma guerra de libertação nacional e progressiva burguesa, à atual guerra imperialista, é zombar da verdade. Isso se pode dizer – e com maior razão – da guerra de 1854-1855, e de todas as guerras do século XIX, quando ainda não existiam o imperialismo moderno, nem as condições objetivas, maduras, para o socialismo, nem partidos socialistas de massas em todos os países beligerantes, isto é, quando não existiam ainda precisamente as condições em que se baseou o Manifesto da Basileia, ao traçar a tática da “revolução proletária”, em ligação com a guerra entre as grandes potências.

Aqueles que invocam, hoje, o ponto de vista de Marx sobre as guerras da época em que a burguesia era progressiva, e esquecem as palavras de Marx de que “os operários não têm pátria” (palavras que se referem precisamente à época da burguesia reacionária e caduca, à época da revolução socialista), tergiversam vergonhosamente o pensamento de Marx, e substituem as concepções socialistas por concepções burguesas.

A bancarrota da II Internacional

Os socialistas de todo o mundo declararam solenemente, em 1912, em Basileia, que consideravam a futura guerra europeia como uma obra “criminosa” e reacionaríssima de todos os governos, que devia acelerar a derrocada do capitalismo, engendrando inevitavelmente a revolução contra ele. Começou a guerra, começou a crise. Em vez da tática revolucionária, a maioria dos partidos social-democratas aplicou uma tática reacionária, colocando-se ao lado dos seus governos e da sua burguesia. Esta traição ao socialismo significa a bancarrota da II Internacional (1889-1914), e nós devemos ter em conta o que causou essa bancarrota, o que gerou o social-chauvinismo, o que lhe deu força.

O social-chauvinismo é o oportunismo em sua expressão mais acabada

Durante toda a época da II Internacional, não cessou a luta no seio de todos os partidos social-democratas, entre a ala revolucionária e a ala oportunista. Em vários países (Inglaterra, Itália, Holanda, Bulgária), houve cisão. Nenhum marxista duvidava de que o oportunismo expressava a política burguesa no movimento operário, expressava os interesses da pequena burguesia e da aliança de uma ínfima parte de operários aburguesados com a “sua” burguesia, contra os interesses das massas proletárias, das massas oprimidas.

As condições objetivas de fins do século XIX reforçaram, particularmente, o oportunismo, transformando a utilização da legalidade burguesa em uma servil submissão ao legalismo, constituindo uma pequena camada da burocracia e da aristocracia da classe operária, atraindo para as fileiras dos partidos social-democratas muitos “companheiros de viagem” pequeno-burgueses.

A guerra acelerou o desenvolvimento, transformando o oportunismo em social-chauvinismo, transformando a

aliança secreta dos oportunistas com a burguesia em uma aliança aberta. Ao mesmo tempo, as autoridades militares decretaram, por toda a parte, a lei marcial e a mordida para a massa operária, cujos velhos dirigentes passaram, quase sem exceção, para o campo da burguesia.

A base econômica do oportunismo e do social-chauvinismo é a mesma: os interesses de uma ínfima camada de operários privilegiados e da pequena burguesia, que defendem a sua situação privilegiada, o seu “direito” às migalhas dos lucros obtidos pela “sua” burguesia nacional com a pilhagem de outras nações, com as vantagens da sua situação de grande potência etc.

O conteúdo ideológico-político do oportunismo e do social-chauvinismo é o mesmo: a colaboração de classes em vez da sua luta, a renúncia aos meios revolucionários de luta, a ajuda ao “seu” governo em situação difícil, em vez da utilização das suas dificuldades para a revolução. Se considerarmos todos os países europeus de conjunto, se não fixamos nossa atenção em personalidades isoladas (mesmo as de maior prestígio), verificaremos que foi precisamente a corrente oportunista que se tornou o principal esteio do social-chauvinismo, e, no campo dos revolucionários, se ouve quase por toda a parte um protesto mais ou menos consequente contra ele. E se considerarmos, por exemplo, o agrupamento das tendências, no Congresso Socialista Internacional de Stuttgart de 1907, veremos que o marxismo internacional se pronunciou contra o imperialismo, enquanto o oportunismo internacional se manifestou a favor dele.

A Unidade com os oportunistas significa a aliança dos operários com a “sua” burguesia nacional e a divisão da classe operária revolucionária internacional

Na época passada, antes da guerra, o oportunismo era frequentemente considerado um “desvio”, um “extremismo”, mas, em todo o caso, uma parte constitutiva legítima do partido social-democrata. A guerra mostrou que, no fu-

turo, isso seria impossível. O oportunismo “amadureceu”, levou até o fim o seu papel de emissário da burguesia no movimento operário. A unidade com os oportunistas tornou-se uma completa hipocrisia, o que podemos ver por exemplo no partido social-democrata alemão. Em todos os casos importantes (por exemplo, na votação de 4 de agosto), os oportunistas aparecem com o seu ultimato, pondo-o em prática com a ajuda das suas numerosas ligações com a burguesia, do fato de ter a maioria nos comitês dos sindicatos etc. Hoje, a unidade com os oportunistas significa de fato a subordinação da classe operária à “sua” burguesia nacional, a aliança com ela para oprimir outras nações, e lutar pelos privilégios próprios de uma grande potência, constituindo, ao mesmo tempo, a divisão do proletariado revolucionário de todos os países.

Sejam quais forem, em cada caso, as dificuldades da luta contra os oportunistas, que dominam em muitas organizações, sejam quais forem, nos distintos países, as particularidades do processo em que os partidos operários vão se depurando dos oportunistas, esse processo é inevitável e fecundo. O socialismo reformista agoniza; o socialismo que renasce, como afirmou o socialista francês Paul Golay, “será revolucionário, intransigente, insurrecional”.

O “Kautskismo”

Kautsky – a maior autoridade da II Internacional – representa um exemplo extremamente típico e expressivo de como o reconhecimento verbal do marxismo conduziu na prática à sua transformação em “struvismo” ou em “brentanismo”. Plekhanov nos dá outro exemplo disso. Por meio de sofismas evidentes, extirpam do marxismo a sua alma revolucionária viva, reconhecem no marxismo tudo, menos os meios revolucionários de luta, a propaganda e a preparação destes, a educação das massas precisamente nesse sentido. Kautsky “concilia” sem princípios o pensamento fundamental do social-chauvinismo, a aceitação da defesa da pátria na atual guerra, com uma concessão diplomática

e aparente à esquerda, na forma de abstenção na votação dos créditos de guerra, mostrando verbalmente sua oposição, etc. Kautsky, que, em 1909, escreveu todo um livro sobre a aproximação de uma época de revoluções e sobre a ligação da guerra com a revolução; Kautsky, que em 1912, subscreveu o Manifesto da Basileia, no qual se assinala a necessidade de aproveitar a futura guerra em interesse da revolução, agora, não para de justificar e embelezar por todos os meios o social-chauvinismo e, do mesmo modo que Plekhanov, se une à burguesia para ridicularizar quaisquer ideias de revolução, quaisquer passos no sentido da luta diretamente revolucionária.

A classe operária não pode desempenhar o seu papel revolucionário mundial, sem travar uma luta implacável contra essa renúncia, contra essa falta de firmeza, contra essa atitude servil diante do oportunismo, contra esse abastardamento teórico do marxismo. O kautskismo não é fruto do acaso, mas o produto social das contradições da II Internacional, da combinação da fidelidade em palavras ao marxismo com a submissão de fato ao oportunismo.

Esta mentira fundamental do “kautskismo” manifesta-se de diferentes formas nos diferentes países. Na Holanda, Roland-Holst rechaça a ideia de defesa da pátria, defende a unidade com o partido dos oportunistas. Na Romênia, Rakovski, ao mesmo tempo que declara guerra ao oportunismo como culpado da derrocada da Internacional, está disposto a reconhecer a legitimidade da ideia de defesa da pátria. Tudo isto são manifestações do mal a que os marxistas holandeses chamavam “radicalismo passivo”, e que se reduz à substituição do marxismo revolucionário pelo ecletismo na teoria e ao servilismo, ou à impotência perante o oportunismo na prática.

A palavra de ordem dos marxistas é a palavra de ordem da social-democracia revolucionária

A guerra gerou, sem dúvida, uma crise violentíssima e agudizou incrivelmente os sofrimentos das massas. O caráter reacionário desta guerra, a desavergonhada mentira

da burguesia de todos os países, que dissimula os seus objetivos de pilhagem com a ideologia “nacional”, tudo isso, devido à situação objetivamente revolucionária, cria, inevitavelmente, nas massas, um estado de espírito revolucionário. O nosso dever é ajudar a tomar consciência desse estado de espírito, aprofundá-lo, e a dar-lhe forma. Essa tarefa só é corretamente expressa pela palavra de ordem de transformação da guerra imperialista em guerra civil, e qualquer luta de classe consequente, durante a guerra, qualquer tática de “ações de massas” seriamente aplicada conduz inevitavelmente a essa transformação. Não podemos saber se será pelo motivo da primeira ou da segunda guerra imperialista das grandes potências, e no transcurso ou depois dela, quando acenderá a chama de um forte movimento revolucionário; mas, em todo o caso, nosso dever, indubitável, consiste em trabalhar, de modo sistemático e constantemente, nesse sentido.

O Manifesto da Basileia se refere diretamente ao exemplo da Comuna de Paris, isto é, à transformação da guerra entre os governos em guerra civil. Há meio século, o proletariado era demasiado fraco, as condições objetivas do socialismo ainda não estavam maduras; então, não era possível existir uma coordenação e colaboração entre os movimentos revolucionários em todos os países beligerantes; o excessivo entusiasmo de uma parte dos operários parisienses pela “ideologia nacional” (tradição de 1792) era, como disse oportunamente Marx, uma debilidade pequeno-burguesa, o que foi uma das causas do fracasso da Comuna. Meio século depois da Comuna, desapareceram as condições que enfraqueciam a revolução de então, e hoje é imperdoável que um socialista renuncie a uma viva atividade, precisamente, no espírito da Comuna de Paris.

Exemplo da confraternização nas trincheiras

Os jornais burgueses de todos os países beligerantes citaram exemplos de confraternização dos soldados das nações beligerantes nas mesmas trincheiras. E a promul-

gação de decretos draconianos pelas autoridades militares (da Alemanha, Inglaterra) contra essa confraternização demonstrou que os governos e a burguesia lhe atribuíam uma séria importância. Se, mesmo com o completo domínio do oportunismo nas cúpulas dos partidos social-democratas da Europa ocidental, e com o apoio ao social-chauvinismo por toda a imprensa social-democrata, por todas as autoridades da II Internacional, foram possíveis casos de confraternização, isso mostra-nos até que ponto seria possível abreviar a atual guerra criminoso, reacionária e escravagista, e organizar um movimento revolucionário internacional, com um trabalho sistemático nesse sentido, nem que fosse somente dos socialistas de esquerda de todos os países beligerantes.

Importância da organização clandestina

Os anarquistas mais destacados de todo o mundo se mancharam durante a guerra, tanto quanto os oportunistas, com a nódoa do social-chauvinismo (ao estilo de Plekhanov e de Kautsky). Um dos resultados úteis desta guerra será, sem dúvida, que acabará tanto com oportunismo quanto com o anarquismo.

Sem renunciar em nenhum caso, nem circunstância, à utilização da organização das massas e da propaganda do socialismo, por menor que seja a possibilidade legal, os partidos social-democratas devem romper com o servilismo diante da legalidade. “Disparai primeiro, senhores burgueses”, escreveu Engels, aludindo precisamente à guerra civil e à necessidade de violarmos a legalidade, depois que a mesma burguesia tivesse violado. A crise mostrou que a burguesia a viola a legalidade em todos os países, mesmo nos mais livres, e que é impossível conduzir as massas à revolução, sem criar uma organização clandestina, que propague, discuta, aprecie e prepare os meios revolucionários de luta. Assim, na Alemanha, tudo que se faz de *honesto* pelos socialistas, se faz contra o infame oportunismo e o “kautskismo” hipócrita, e se faz precisamente

na clandestinidade. Na Inglaterra, condena-se a trabalhos forçados aqueles que distribuem panfletos, chamando o povo a não se apresentar nas filas de alistamento militar.

Considerar compatível ao partido social-democrata a negação dos métodos ilegais de propaganda e a ridicularização desses métodos na imprensa legal, é trair o socialismo.

A derrota do “próprio” governo na guerra imperialista

Os defensores da vitória do seu governo na atual guerra, tal como os defensores da palavra de ordem “nem vitória, nem derrota”, adotam do mesmo modo o ponto de vista do social-chauvinismo. Em uma guerra reacionária, a classe revolucionária não pode deixar de desejar a derrota do seu governo, não pode também deixar de ver que os fracassos militares do governo facilitam a sua derrocada. Somente um burguês, que acredita que a guerra começa pelos governos concluirá, inevitavelmente, como uma guerra entre governos, e que assim o deseja, acha “ridícula” ou “absurda” a ideia de que os socialistas de todos os países beligerantes se pronunciem pela derrota de todos os “seus” governos. Pelo contrário, essa afirmação corresponderia precisamente aos pensamentos secretos de qualquer operário consciente, e confluiria com a linha da nossa atividade, orientada para a transformação da guerra imperialista em guerra civil.

É indiscutível que a agitação séria contra a guerra de uma parte dos socialistas ingleses, alemães e russos “debilitava o poder militar”, de seus respectivos governos, no entanto, tal agitação era um mérito dos socialistas. Os socialistas devem explicar às massas que, para elas, não há salvação, a não ser com derrocada revolucionária de “seus” governos, e que, precisamente, para alcançar esse objetivo, é necessário aproveitar todas as dificuldades desses governos na guerra atual.

Sobre o pacifismo e a consigna da paz

A aspiração das massas pela paz indica, a miúdo, um caminho de protesto, de revolta, de compreensão do caráter reacionário da guerra. Aproveitar esse estado de ânimo é um dever de todos os social-democratas. Estes participarão mais ativamente em toda manifestação e movimento de massa, mas, ao mesmo tempo, os social-democratas não enganarão o povo, deixando que pense que, sem movimento revolucionário, se pode obter uma paz sem anexações, sem opressão das nações, sem pilhagem, uma paz que não carregue em seu seio os germes de guerras futuras entre os atuais governos e classes dominantes. Este engano ao povo favoreceria unicamente a diplomacia secreta dos governos beligerantes e os seus planos contrarrevolucionários. Quem deseja uma paz sólida e democrática deve ser a favor da guerra civil contra os governos e a burguesia.

Sobre o direito das nações à autodeterminação

O meio que a burguesia mais usa para encanar os povos nesta guerra consiste em ocultar seus objetivos de pilhagem com uma ideologia da “libertação nacional”. Os ingleses prometem a liberdade à Bélgica; os alemães, à Polónia etc. Na realidade, como vimos, trata-se de uma guerra entre os opressores da maioria das nações do mundo, para reforçar e ampliar a opressão.

Os socialistas não podem alcançar o seu grande objetivo, sem lutar contra toda a opressão das nações. Por isso, devem exigir obrigatoriamente que os partidos social-democratas dos países opressores (particularmente os das chamadas “grandes” potências) reconheçam e defendam o direito das nações oprimidas à autodeterminação, e precisamente no sentido político da palavra, isto é, o direito à separação política. Um socialista de uma grande potência ou de uma nação detentora de colónias que não defenda esse direito é um chauvinista.

A defesa desse direito, longe de estimular a criação de

pequenos Estados, leva, pelo contrário, à formação mais livre, mais ousada e, portanto, mais ampla e extensa de grandes Estados e de federações de Estados, mais vantajosas para as massas, e em consonância com o desenvolvimento econômico.

Os socialistas das nações oprimidas, por sua vez, devem lutar, incondicionalmente, pela plena unidade (incluindo a unidade orgânica) dos operários das nacionalidades oprimidas e das nações opressoras. A ideia da separação jurídica de uma nação de outra (a chamada “autonomia nacional cultural”, preconizada por Bauer e Renner) é uma concepção reacionária.

O imperialismo é a época de crescente opressão das nações de todo o mundo por um punhado de “grandes” potências, em virtude do qual a luta pela revolução socialista internacional contra o imperialismo é impossível, se não se reconhece o direito das nações à autodeterminação. “Um povo que oprime outros povos não podem ser livre” (Marx e Engels). Um proletariado que aceite a menor violência de “sua” nação sobre outras nações não pode ser socialista.

(Extraído das Obras Completas, Lênin, tomo XXII, Akal Editor)

O Programa Militar da Revolução Proletária

Lênin, setembro de 1916

Na Holanda, Escandinava e Suíça, entre os social-democratas revolucionários, que lutam contra a mentira social-chauvinista da “defesa da pátria” na atual guerra imperialista, soam vozes a favor da substituição do antigo ponto do programa mínimo social-democrata: “milícia” ou “armamento” do povo, por um novo: “desarmamento”. O *Jugend-Internacional* (órgão da Liga Internacional das organizações socialistas da juventude) iniciou um debate sobre este problema, e no número 3 publicou um editorial a favor do “desarmamento”. Também nas revistas *New Leben e Vorbote*, foi iniciado um debate sobre esse assunto.

Examinemos a posição dos defensores do desarmamento.

I

Como argumento fundamental, alega-se que a reivindicação do desarmamento é a expressão mais franca, decidida e conseqüente da luta contra o militarismo e a guerra.

Mas é precisamente neste argumento fundamental que reside o principal erro dos partidários do desarmamento.

Os socialistas, que não deixaram de sê-lo, não podem estar contra toda e qualquer guerra.

Em primeiro lugar, os socialistas nunca foram nem poderão ser inimigos das guerras revolucionárias. A burguesia das “grandes” potências imperialistas é hoje reacionária, dos pés à cabeça, e nós reconhecemos que essa guerra que ela agora desencadeia é reacionária, escravagista e criminosa.

Mas, o que se poderia dizer de uma guerra contra essa burguesia, de uma guerra, por exemplo, dos povos por ela oprimidos e de quem ela depende, ou dos povos coloniais, pela sua libertação? No 5º ponto das teses do grupo “A Internacional”, pode-se ler: “Na época deste imperialismo desenfreado, não pode haver guerras nacionais, sejam de que tipo for”, afirmação evidentemente errada.

A história do século XX, o século do “imperialismo desenfreado”, está repleta de guerras coloniais. Mas, aquilo a que nós, europeus, opressores imperialistas da maioria dos povos do mundo, com o repugnante chauvinismo europeu, que nos é peculiar, chamamos “guerras coloniais”, são muitas vezes guerras nacionais ou insurreições nacionais desses povos oprimidos.

Uma das características mais essenciais do imperialismo consiste, precisamente, na sua ação aceleradora do desenvolvimento do capitalismo nos países mais atrasados, ampliando e recrudescendo, assim, a luta contra a opressão nacional. Isto é um fato. E daqui se deduz que o imperialismo tem de engendrar guerras nacionais. *Ju-nius*, que, em um folheto de sua autoria, defende as “teses” acima mencionadas, diz que, na época imperialista, toda a guerra nacional contra uma das grandes potências imperialistas conduz à intervenção de outra grande potência também imperialista, que compete com a primeira, e que, deste modo, toda a guerra nacional se transforma em guerra imperialista. Mas, também este argumento é falso. Isso *pode acontecer*, mas nem sempre assim acontece. Muitas guerras coloniais, entre 1900 e 1914, tomaram outro rumo. E seria simplesmente ridículo dizer que, por

exemplo, depois da atual guerra, caso termine por esgotamento extremo dos países beligerantes, “não pode” haver “nenhuma” guerra nacional, progressista, revolucionária, por parte da China, seja este o caso, em união com a Índia, a Pérsia, o Sião etc., contra as grandes potências.

Negar toda e qualquer possibilidade de guerra nacional sob o imperialismo é teoricamente falso, errado em todos os níveis do ponto de vista histórico, e é equivalente, na prática, ao chauvinismo europeu. Nós, que pertencemos a nações que oprimem milhões de pessoas na Europa, na África, na Ásia etc., temos de dizer aos povos oprimidos que a sua guerra contra as “nossas” nações é “impossível”!

Em segundo lugar, as guerras civis também são guerras. Quem admitir a luta de classes, não pode deixar de admitir as guerras civis, que, em todas as sociedades divididas em classes, representam a continuação, o desenvolvimento e o recrudescimento – naturais e, em determinadas circunstâncias, inevitáveis – da luta de classes. Todas as grandes revoluções confirmam essa afirmação. Negar as guerras civis ou esquecê-las seria cair em um oportunismo extremo, e renegar a revolução socialista.

Em terceiro lugar, o socialismo vitorioso em um país não invalida, de modo algum, todas as regras em geral. Ao contrário, pressupõe-nas. O desenvolvimento do capitalismo segue um curso extraordinariamente desigual nos diferentes países. Não pode deixar de ser assim, sob o regime de produção mercantil. Daí a conclusão indiscutível de que o socialismo não pode vencer simultaneamente *em todos* os países. Começará por vencer em um ou em vários países, e os restantes continuarão a ser, durante algum tempo, países capitalistas ou pré-capitalistas. Isto não só provocará atritos, mas também a tendência direta da burguesia dos restantes países de esmagar o proletariado vitorioso do Estado socialista. Em tais casos, a guerra seria, da nossa parte, uma guerra legítima e justa. Seria uma guerra pelo socialismo, pela libertação de outros povos do jugo da burguesia. Engels tinha inteira razão, quando, em sua carta a Kautsky, de 12 de setembro

de 1822, reconhecia inequivocamente a possibilidade de “guerra defensiva” do socialismo já *vitorioso*. Referia-se, precisamente, à defesa do proletariado vitorioso contra a burguesia dos demais países.

Só quando tivermos derrotado, vencido e expropriado definitivamente a burguesia, em todo o mundo, e não em um só país, serão impossíveis as guerras. E, de um ponto de vista científico, seria completamente errado e antirrevolucionário passar em branco ou dissimular aquilo que, precisamente, tem mais importância: o esmagamento da resistência da burguesia, que é o mais difícil, o que mais luta exige na fase de transição do capitalismo ao socialismo. Os papas (sacerdotes da igreja cismática grega) “sociais” e os oportunistas estão sempre dispostos a sonhar com um futuro socialismo pacífico, mas se distinguem dos social-democratas revolucionários, precisamente por não quererem nem sequer pensar na encarniçada luta de classes e nas *guerras* de classe, necessárias para alcançar esse desejado futuro. Não devemos permitir que nos enganem com palavras. Por exemplo: é para muitos deles odiosa a ideia da “defesa da pátria”, porque os oportunistas sinceros e os kautskyanos com ela encobrem e atenuam as mentiras da burguesia, na *atual* guerra de rapina. Isto é um fato. Mas, daqui não se deduz que devemos perder o costume de pensar no sentido das palavras de ordem políticas. Aceitar a “defesa da pátria”, na guerra atual, equivaleria a considerá-la “justa”, adequada aos interesses do proletariado e nada mais, absolutamente nada mais, porque, em nenhuma guerra, está descartada a possibilidade de uma invasão. Seria simplesmente uma estupidez negar a “defesa da pátria” da *parte* dos povos oprimidos na sua guerra *contra* as grandes potências imperialistas ou da parte do proletariado vitorioso na *sua* guerra *contra* qualquer Galliffet (general francês que reprimiu a Comuna de Paris, em 1871) de um Estado burguês.

Do ponto de vista teórico, é totalmente errado esquecer que todas as guerras não são mais do que a continuação da política, por outros meios. A atual guerra imperialista

é a continuação da política imperialista de dois grupos de grandes potências, e essa política é gerada e alimentada pelo conjunto das relações da época imperialista. Mas, esta mesma época há de dar origem e alimentar também, inevitavelmente, a política de luta contra a opressão nacional e a luta do proletariado contra a burguesia, e, por isso, a possibilidade e a inevitabilidade, em primeiro lugar, das insurreições e das guerras nacionais revolucionárias; em segundo lugar, das guerras e das insurreições do proletariado *contra* a burguesia; em terceiro lugar, da fusão dos dois tipos de guerras revolucionárias etc.

II

Devemos acrescentar ainda a seguinte consideração de caráter geral.

Uma classe oprimida que não se esforce por aprender a manejar as armas, a possuí-las, mereceria que a tratassem como escrava. Não podemos esquecer, se não pretendemos converter-nos em pacifistas burgueses ou em oportunistas, que vivemos em uma sociedade de classes, da qual não se pode sair, senão pela luta de classes. Na sociedade de classes – tenha por base a escravatura, a servidão ou, como agora, o trabalho assalariado –, a classe opressora está armada. Não só o exército regular moderno, como também a milícia atual – mesmo nas repúblicas burguesas mais democráticas, como por exemplo, a Suíça –, representam o armamento da burguesia *contra* o proletariado. Esta é uma verdade tão elementar, que nem há necessidade de nos determos detalhadamente sobre ela. Basta recordar o uso do exército contra os grevistas em todos os países capitalistas.

O armamento da burguesia contra o proletariado é um dos fundamentos mais importantes, essenciais, da atual sociedade capitalista. Diante disso, é proposto aos social-democratas revolucionários que “reivindiquem” o “desarmamento”! O que equivale a renunciar completamente à luta de classes, a renegar a ideia da revolução.

A nossa palavra de ordem deve ser: armar o proletaria-

do para vencer, expropriar e desarmar a burguesia. Esta é a única tática possível para a classe revolucionária, tática que se depreende de todo o *desenvolvimento objetivo* do militarismo capitalista, e que é prescrita por este desenvolvimento.

Somente depois de ter desarmado a burguesia, é que o proletariado poderá, sem traição à sua tarefa histórica universal, livrar-se como sucata de todo o armamento em geral, e assim o fará, sem sombra de dúvidas, mas só *então; nunca antes*. Se a guerra atual desperta nos revolucionários socialistas cristãos e nos pequeno-burgueses choramingosos *apenas* susto e horror, repugnância pelo emprego das armas, pelo sangue, pela morte etc., nós, por outro lado, devemos dizer: a sociedade capitalista sempre foi e continua a ser um *horror sem fim*. E se a guerra atual, a mais reacionária de todas as guerras, prepara para esta sociedade um fim cheio de horror, não temos qualquer motivo para desesperos. Ora, “reivindicar” o desarmamento, melhor dizendo, a ilusão do desarmamento, em uma época em que, à vista de todo o mundo, está sendo preparada, pela própria burguesia, a única guerra legítima e revolucionária, a saber – a guerra civil contra a burguesia imperialista –, é única e exclusivamente, e objetivamente, uma prova de desespero.

Aqueles que nos dizem que esta é uma teoria desligada da vida, recordaremos dois fatos de alcance histórico universal: o papel dos trustes no trabalho das mulheres nas fábricas, por um lado, e a Comuna de Paris de 1871 e a insurreição de dezembro de 1905 na Rússia, por outro.

A burguesia desenvolve os trustes, obriga crianças e mulheres a irem para as fábricas, onde tortura-as, perverte e as condena a uma miséria extrema. Nós não “exigimos” semelhante desenvolvimento, não o “apoiamos”, lutamos contra ele. Mas *como* lutamos? Sabemos que os trustes e o trabalho das mulheres nas fábricas representam um progresso. Não queremos voltar atrás, às oficinas artesanais, ao capitalismo pré-monopolista, ao trabalho doméstico da mulher. Para a frente, por meio dos trustes etc., mas mais além, até ao socialismo!

Este mesmo raciocínio, com as devidas modificações, é também aplicável à atual militarização do povo. Atualmente, a burguesia imperialista militariza não só todo o povo, como também a juventude. Amanhã talvez comece a militarizar as mulheres. Diante disso, devemos dizer, tanto melhor! Avante! Quanto mais depressa o fizerem, mais perto de nós estará a insurreição armada contra o capitalismo. Como podem os social-democratas deixarem-se intimidar pela militarização da juventude etc., senão esquecendo o exemplo da Comuna? Isto não é uma “teoria desligada da Vida”, não é um sonho, mas um fato. E seria, na realidade, gravíssimo, que os social-democratas, apesar de todos os acontecimentos econômicos e políticos, começassem a duvidar de que a época imperialista e as guerras imperialistas devem conduzir, inevitavelmente, a repetição de tais acontecimentos.

Um observador burguês da Comuna escrevia, em maio de 1871, em jornal inglês: “se a nação francesa fosse composta apenas de mulheres, que horrível nação seria! Mulheres e crianças, a partir de treze anos, lutaram nos dias da Comuna junto aos homens”. E o mesmo terá de acontecer em futuras batalhas pela derrocada da burguesia. As mulheres proletárias não contemplarão passivamente como a burguesia bem armada, esmagou os operários, mal armados ou desarmados. Pegarão em armas, como em 1871. E, nas assustadas nações de agora, ou melhor dizendo, do atual movimento operário desorganizado, mais pelos oportunistas do que pelos governos, surgirá, sem dúvida, cedo ou tarde, mas de modo indiscutível, a união internacional das “horríveis nações” do proletariado revolucionário.

A militarização alcança agora toda a vida social. O imperialismo é uma luta encarniçada das grandes potências, para repartir e redistribuir o mundo, e por isso tem de conduzir inevitavelmente a uma reforçada militarização de todos os países, inclusive dos neutros e pequenos. Como enfrentarão isto as mulheres proletárias? Limitar-se-ão a maldizer a guerra e os militares, limitar-se-ão a exigir o desarmamento?

As mulheres de uma classe oprimida, que sejam verdadeiramente revolucionárias, nunca se conformarão com tão vergonhoso papel. Dirão aos seus filhos: “Depressa, ou será tarde. Dar-lhes-ão uma arma. Recebem-na e aprendam a manejar bem as armas. É uma ciência imprescindível para os proletários, não para disparar contra os seus irmãos, os operários de outros países, como acontece na atual guerra, e como lhes aconselham os traidores do socialismo, mas para lutar contra a burguesia de seu próprio país, para pôr fim à exploração, à miséria, e às guerras, não como boas intenções, mas vencendo a burguesia e desarmando-a”.

Para renunciar precisamente a esta propaganda em relação à guerra atual, melhor é não dizer mais palavras solenes sobre a social-democracia revolucionária internacional, sobre a revolução socialista, sobre a guerra.

III

Os partidários do desarmamento pronunciaram-se contra o ponto do programa referente ao “armamento do povo”, entre outras razões porque, segundo dizem, esta última reivindicação leva mais facilmente às concessões, ao oportunismo.

Já examinamos o mais importante: a relação entre o desarmamento e a luta de classe e a revolução social. Vejamos a relação existente entre desarmamento e oportunismo. Uma das razões mais importantes, para que esta reivindicação seja inadmissível, consiste precisamente no fato de despertar as ilusões, que debilitam e enfraquecem inevitavelmente a nossa luta contra o oportunismo.

Não há dúvida de que esta luta é o principal problema imediato da Internacional. Uma luta contra o imperialismo, que não esteja indissolavelmente ligada à luta contra o oportunismo, é uma farsa, um engano. Um dos principais defeitos da Zimmerwald e do Kienthal, uma das principais causas do possível fracasso destes embriões da III Internacional, consiste precisamente no fato de nem sequer terem analisado abertamente o problema da luta contra o oportu-

tunismo, sem falar de uma solução deste problema, que implique a necessidade de romper com os oportunistas.

O oportunismo triunfou, momentaneamente, no seio do movimento operário europeu. Nos países mais importantes, apareceram duas versões fundamentais do oportunismo: primeiro, o social-imperialismo confesso, descarado e, por isso, menos perigoso dos Plekhanov, dos Scheideman, dos Legien, dos Albert Thomas e dos Sembar, dos Vandervelde, dos Hyndman, dos Henderson, etc.; segundo, o oportunismo encoberto kautskiano: Kautsky-Haase e o “grupo Social Democrata do Trabalho”, na Alemanha; Longuet, Presemane, Mayeras, etc., na França; Ramsay McDonald e outros chefes do “Partido Trabalhista Independente”, na Inglaterra; Martov, Chjeide, etc., na Rússia; Treves e outros reformistas chamados de esquerda, na Itália.

O oportunismo descarado é direta e abertamente contra a revolução e contra os movimentos e explosões revolucionárias que começam a despertar, tendo-se aliado diretamente aos governos, por mais distintos que sejam os termos destas alianças, desde a participação nos ministérios, até à participação na indústria de armamento (na Rússia). Os oportunistas encobertos, os kautskianos, são muito mais nocivos e perigosos para o movimento operário, porque encobrem com palavras “marxistas”, e com palavras de ordem pacifistas bem sonantes à aliança que fazem com os primeiros. A luta contra essas formas de oportunismo dominante deve ser desenvolvida em todos os campos da política proletária: parlamento, sindicatos, greves, Forças Armadas, etc. A participação fundamental que distingue estas duas formas do oportunismo dominante consiste em que o problema concreto da *relação entre a guerra atual e a revolução e outros problemas concretos da revolução* se silenciam e se encobrem, ou são tratados com os olhos postos nas proibições da polícia. E isto, apesar de antes da guerra se ter analisado uma infinidade de vezes, tanto extraoficial como oficialmente, no Manifesto da Basileia, precisamente a relação entre a guerra iminente e a revolução proletária. Mas, o resultado principal da reivindi-

cação do desarmamento consiste precisamente em passar por cima de todos os problemas concretos da revolução.

Ou será que os partidários do desarmamento são a favor de um tipo completamente novo de revolução em armas?

Prossigamos. Não somos de modo algum contra a luta pelas reformas. Não queremos ignorar a triste possibilidade da humanidade – no pior dos casos – ter de passar por uma segunda guerra imperialista, se a revolução não surgir da guerra atual, apesar das numerosas explosões de efervescência e descontentamento das massas, e apesar dos nossos esforços. Somos partidários de um programa de reformas que *também deve* ser dirigido contra os oportunistas. Os oportunistas não deixariam de se alegrar, no caso de lhes deixarmos toda a luta pelas reformas, e de nos elevarmos nas nuvens de um vago “desarmamento”, para fugir a uma realidade lamentável. O “desarmamento” é precisamente a fuga frente a uma realidade detestável, e de modo algum uma luta contra ela.

Em semelhante programa, diríamos mais ou menos o seguinte: “a palavra de ordem é o reconhecimento de que a defesa da pátria na guerra imperialista de 1914-1916 serve apenas para corromper o movimento operário com mentiras burguesas”. Esta resposta concreta a questões concretas é teoricamente mais justa, muito mais útil para o proletariado e mais insuportável para os oportunistas, do que a reivindicação do desarmamento e a renúncia a “toda e qualquer” defesa da pátria. E podemos acrescentar: “A burguesia de todas as grandes potências imperialistas – da Inglaterra, França, Alemanha, Japão, Áustria, Rússia, Itália e os Estados Unidos – é hoje de tal modo reacionária, e está de tal modo impregnada da tendência para a dominação mundial, que *toda e qualquer* guerra, por parte da *burguesia destes* países, não só se deve opor a todas as guerras deste tipo, como se deve desejar a derrota do “seu” governo em tais guerras, e utilizar essa derrota para uma insurreição revolucionária, caso tenha fracassado a insurreição para impedir a guerra”.

No que se refere à milícia, devemos dizer: “não somos partidários da milícia burguesa, mas unicamente de uma milícia proletária. Por isso, “nem um cêntimo, nem um homem”, não só para o exército regular, como para a milícia burguesa, inclusive nos países como os Estados Unidos ou Suíça, Noruega etc. Observamos que, nos países republicanos mais livres (por exemplo, na Suíça), tem ocorrido uma prussificação cada vez maior da milícia, sobretudo em 1907 e 1911, que a substituiu, mobilizando-a contra os grevistas. Podemos exigir que os oficiais sejam eleitos pelo povo, que seja abolida toda justiça militar, que os operários estrangeiros tenham os mesmos direitos que os operários nacionais (ponto de especial importância para os Estados imperialistas que, tal como acontece na Suíça, exploram cada vez maior número, e cada vez mais com maior descaramento, os operários estrangeiros, sem lhes reconhecer quaisquer direitos). E, além disso, exigimos que cada cem habitantes de um país, por exemplo, tenham direito de formar associações livres, para aprender a manejar as armas, elegendo livremente instrutores pagos pelo Estado etc. Somente em tais condições, seria possível ao proletariado aprender o manejo de armas realmente para si, e não para os seus escravizadores. São os interesses do proletariado que o exigem absolutamente. A revolução russa demonstrou que todos os êxitos, mesmo parciais, do movimento revolucionário – por exemplo, a conquista de uma cidade, um setor fabril, uma unidade de exército – *obrigará* o proletariado vencedor a pôr em prática precisamente esse programa.

Por último, não se pode lutar contra o oportunismo, naturalmente só com programas, mas exercendo uma vigilância constante para que seja posto em prática de uma maneira efetiva. O maior erro, o erro fatal, da fracassada II Internacional, consistiu no fato de as palavras não corresponderem à realidade, de se impor o hábito e de recorrer à hipocrisia e a uma desavergonhada fraseologia revolucionária (veja-se a atitude de Kautsky e Cia., em relação ao Manifesto da Basileia). O desarmamento como ideia social

– isto é, como ideia engendrada por uma determinada situação social, como ideia capaz de atuar sobre determinado meio social, e não como simples extravagância de um indivíduo – tem a sua origem, evidentemente, nas condições particulares de vida, “tranquilas”, com exceção para alguns Estados pequenos, que durante um período bastante longo têm ficado à margem da sangrenta caminhada mundial das guerras, e que julgam poder continuar dela afastados. Para nos convencer desse fato, basta pensar, por exemplo, nos argumentos dos partidários do desarmamento na Noruega: “Somos um país pequeno, o nosso exército é pequeno, nada podemos fazer contra as grandes potências” (por isso, nada podem fazer no caso de lhes ser imposta pela força uma *aliança* imperialista, com um ou outro grupo de grandes potências)... “queremos continuar em paz no nosso cantinho afastado, e prosseguir a nossa política de grupinho, exigir o desarmamento, tribunais de arbitragem obrigatórios, uma neutralidade permanente” (“permanente”, como a da Bélgica), etc.

A mesquinha aspiração dos pequenos Estados, de permanecerem à margem, o desejo pequeno-burguês de estar o mais longe possível das grandes batalhas da história mundial, de aproveitar a sua situação relativamente monopolista, para continuar em uma passividade rotineira, tal é a situação social, *objetiva*, que pode assegurar certo êxito e certa difusão à ideia do desarmamento em alguns pequenos Estados. É evidente que semelhante aspiração é reacionária e assenta em ilusões, pois, o imperialismo, de uma maneira ou de outra, arrasta os pequenos Estados para o redemoinho da economia e da política mundial.

Na Suíça, por exemplo, a sua situação no meio dos Estados imperialistas determina objetivamente duas linhas do movimento operário: os oportunistas, em aliança com a burguesia, pretendem fazer da Suíça uma união monopolista republicano-democrática, a fim de obter lucros com os turistas da burguesia imperialista, e de se aproveitar, de maneira mais lucrativa e mais tranquila possível, desta “tranquila” situação monopolista.

Os verdadeiros social-democratas da Suíça pretendem utilizar a relativa liberdade do país e a sua situação “internacional” para ajudar a estreita aliança dos elementos revolucionários dos partidos operários europeus a alcançar a vitória. Na Suíça, não se fala um “idioma próprio”, mas três idiomas universais, precisamente os três que se falam nos países beligerantes, que são seus vizinhos.

Se os 20.000 membros do partido suíço contribuíssem semanalmente, com dois centimos, como “imposto extraordinário de guerra”, obter-se-iam, por ano, 20.000 francos. Essa quantidade é mais do suficiente para imprimir periodicamente e difundir em três línguas, entre os operários e soldados dos países beligerantes, apesar das proibições dos estados maiores, toda a verdade sobre a indignação que começa a propagar-se entre os operários, sobre a confraternização nas trincheiras, sobre as suas esperanças de utilizar revolucionariamente as armas contra a burguesia imperialista dos seus “próprios” países etc.

Nada disso é novo. É o que fazem precisamente os melhores jornais, como o *La Sentille*, *Volksrecht*, e o *Berner Tagwacht*, mas infelizmente, em escala reduzida.

Somente semelhante atividade pode fazer, da magnífica conclusão do Congresso de Aarau, algo mais do que uma simples conclusão brilhante.

A questão que agora nos interessa se coloca do seguinte modo: a reivindicação do desarmamento corresponde à tendência revolucionária entre os social-democratas suíços? É evidente que não. O “desarmamento” é, objetivamente, o programa mais nacional, o mais especificamente nacional dos pequenos Estados, mas não é, de maneira nenhuma, o programa internacional da social-democracia revolucionária internacional.

Escrito em setembro de 1916, em Alemão. Publicado pela primeira vez com a assinatura de Lênin em setembro e outubro de 1917, nos nº 9 e 10 do Jugend-Internacional.

(Extraído do livro “Escritos Militares, Marx, Engels, Lênin”, Global Editora, São Paulo, 1981)



Caixa Postal nº 630 - CEP 01059-970 - São Paulo
www.pormassas.org -- [facebook.com|massas.por](https://facebook.com/massas.por) -- anchor.fm|por-massas